



RESOLUÇÃO

NÃO AO CETA / TTIP / TISA

EM DEFESA DA SOBERANIA, DOS DIREITOS LABORAIS E

SOCIAIS E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O grande capital, aproveitando a crise do sistema capitalista por si gerada, pretende, juntamente com as instituições internacionais e governos ao seu serviço, incrementar a desregulação do comércio mundial e dessa forma prosseguir a concentração económica e financeira e a acumulação de lucros e poder.

É neste sentido que se enquadram as negociações entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre a «Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento», vulgarmente denominada Tratado Transatlântico ou TTIP, a par da negociação de outros acordos semelhantes, como é o caso do Acordo sobre Comércio em Serviços (TISA) e do Acordo Económico e Comercial Global (CETA), com o Canadá, sendo que neste caso, as negociações foram já concluídas.

Negociados nas costas dos povos e dos trabalhadores, o objectivo principal destes acordos é satisfazer os anseios e os interesses lucrativos das grandes multinacionais, removendo “barreiras regulatórias” (laborais, ambientais, sociais, sanitárias, alimentares) inerentes a uma sociedade democrática e equitativa e reduzindo padrões de exigência; criando novos mercados e abrindo os serviços públicos essenciais (educação, água, saúde, etc) e os contratos públicos à gula privada, e uma vez privatizados, dificultar ao máximo o regresso desses serviços ao controlo público, pondo em causa os direitos dos utentes que deles necessitam e dos trabalhadores que os garantem e desenvolvem.

Sobrepondo os lucros à defesa de direitos económicos, sociais e laborais e à soberania nacional, estes acordos permitem às multinacionais processar os

Estados, incluindo as autarquias num tribunal privado, sobre decisões que afectem os seus lucros. Neste contexto, as instituições democráticas e os órgãos de soberania seriam fortemente condicionados, ou mesmo impedidos legalmente, de defender o interesse nacional, os interesses do povo que representam.

As recentes fugas de informação relativas às negociações e conteúdos do TTIP, comprovando que os Estados Unidos pretendem condicionar o processo legislativo na União Europeia e mesmo junto de cada país, evidenciam a natureza e os objectivos profundamente antidemocráticos deste processo.

Na prática, se o parlamento de Portugal quiser debater ou votar um qualquer assunto, os Estados Unidos querem ser informados e pronunciar-se antes de os próprios cidadãos e eleitores conhecerem esses mesmos projectos ou propostas.

Os documentos agora revelados mostram ainda os perigos e os efeitos devastadores do TTIP e as pressões dos EUA para reduzir os padrões da regulamentação europeia em áreas como a agroindústria e para abolir as restrições sobre Organismos Geneticamente Modificados e, como ambos os lados, União Europeia e Estados Unidos, pretendem reforçar o papel das multinacionais na definição das políticas em detrimento do ambiente e da saúde pública.

Tudo isto acontece num momento em que as negociações relativas ao CETA foram concluídas, aguardando-se nos próximos meses o debate no Conselho Europeu e o seu envio posterior para o Parlamento Europeu.

Cabe ainda ao Tribunal de Justiça da União Europeia decidir se o CETA é um acordo misto, requerendo a aprovação do Parlamento e do Conselho Europeus e de cada um dos parlamentos nacionais, ou se necessitará apenas da aprovação das autoridades europeias, o que constituiria um grave atentado à soberania nacional.

Sendo considerado um acordo misto, este só poderá entrar em vigor se tanto a União Europeia como os Estados Membros o ratificarem. A este facto acresce a possibilidade de o CETA, mesmo que tenha de ser submetido aos parlamentos nacionais, poder ser aplicado provisoriamente, ou seja, imposto

em Portugal sem debate na Assembleia da República, situação que deve ser fortemente combatida.

Crescentemente rejeitados pelos povos, estes acordos constituem um ataque à soberania, aos serviços públicos e aos direitos sociais e laborais para aumentar a exploração e a acumulação capitalistas.

Por tudo isto, a Direcção Nacional do STAL, considerando as graves consequências destes acordos, reafirma:

1. A sua firme oposição aos objectivos e conteúdos inscritos nos acordos de livre comércio TTIP/CETA/TISA e a exigência da retirada da União Europeia dos processos negociais em curso;
2. A exigência de não ratificação do CETA na medida em que, tal como o TTIP, constitui uma ameaça ao desenvolvimento soberano, aos direitos sociais e laborais e aos serviços públicos essenciais;
3. A exigência de que os acordos de livre comércio sejam obrigatoriamente sujeitos a processo de ratificação vinculativa pela Assembleia da República;
4. A necessidade de realização de estudos sobre o impacto destes acordos no emprego, nos direitos e nos serviços públicos e de um amplo debate sobre o mesmo;
5. A defesa e valorização dos direitos económicos, sociais e laborais, da soberania nacional e dos serviços públicos essenciais rejeitando a sua comercialização e submissão aos interesses das multinacionais.
6. A exigência ao Governo português para tomada de posição em sede de Conselho Europeu rejeitando a ratificação do CETA/TTIP/TISA.

Lisboa, 6 de Maio de 2016

A Direcção Nacional do STAL